



ATA REUNIÃO *ONLINE* DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 28/05/2020

Horário: 10:00 horas

Plataforma: Google Meet

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama (DDS/CDRS); Cristina Abi Jabbour (SMDET/Cosan e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN); Guta Chaves (Observatório da Gastronomia/SMDET); Janaína Belo (SMDU); José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Luccas Longo (SVMA); Lucilla Dias (Secretaria de Governo), Luis Henrique Marinho Meira (SMDET e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Mathews Vichr Lopes (LoP/SMDU) Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (Agricultora Zona Leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Em 28 de maio de 2020 foi realizada a 5ª reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital.

Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: leitura da ATA anterior e aprovação, balanço das informações recebidas referentes à tabela dos agricultores (Covid-19), análise dos retornos das cartas/moções, Plano Orçamentário Anual 2021 - PLOA 2021, solicitação de criação de algum programa ou projeto para subsidiar a produção dos agricultores da Zona Norte, regulamentação fundiária, Programa Cesta Verde da SAA, acompanhamento do Projeto Ligue os Pontos, marco legal da região norte onde o Jardim Damasceno no Plano Diretor é considerado uma



área rural, necessidade de fazer o CAR ou PRA para obter o crédito rural, moção sobre o lixo no Jardim Damasceno e andamento do TAC perante o MPE e a AGROVERDE.

Dando sequência aos trabalhos, a ATA de Abril/21 foi lida pelo presidente do CMDRSS e aprovada restando alguns ajustes ortográficos se serem realizados.

Houve uma inversão da ordem de pauta e a reunião foi iniciada com a análise dos retornos das cartas/moções. Foi solicitado à SMDET que a resposta da carta da RAPPa fosse compartilhada no grupo de whatsapp do CMDRSS. Luis Henrique comentou que a carta de recomendação enviada à Secretaria de Governo e ao Gabinete do Prefeito, que incluía diversas outras secretarias, deverá ser respondida.

O próximo assunto a ser discutido foi o PLOA 2021 - Lucilla Dias, relatou que as audiências neste ano serão todas online devido à pandemia e que os munícipes poderão participar oferecendo suas contribuições por meio do site “Participe” da Gestão Urbana contando com 32 audiências, uma por subprefeitura. André solicitou explanação sobre o processo administrativo e burocrático do mesmo. Lucilla explicou que o Poder Executivo realiza suas decisões orçamentárias tanto observando os seus programas, aqueles que já estão em andamento, quanto consultando as propostas e contribuições sociais. Depois da recepção das propostas, essas são encaminhadas para as secretarias que por sua vez encaminham para a Secretaria da Fazenda que finalmente envia a Projeto de Lei para a CMSP para votação. Lucia comentou que pelo fato de ser online, há a possibilidade de participação social desde o início do processo e acrescentou que o plano poderá servir como instrumento de reivindicação de orçamento para programas e projetos, fala que é reforçada por Raquel. Luis Henrique corroborou com a colocação dizendo que seria interessante extrair do plano estruturas principais para solicitar orçamento. Lucilla disse que há um documento chamado “orçamento cidadão”, para aqueles que querem se aprofundar sobre o tema https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/oramento_cidado_na_cidade_de_so_paulo_-_loa_2020_v1_1586467281.pdf. Ainda informou que o prazo para recepção das propostas é 31/05/20. Não é necessário escrever para qual secretaria o munícipe gostaria de enviar a proposta pois esse trabalho será feito pelo próprio poder executivo. Lucilla enviará a



data da próxima fase de votação das propostas, e a expectativa é que seja de 07/07 a 19/07.

André comentou que todos os anos são levantadas as mesmas dúvidas com relação ao orçamento e perguntou se há algum curso para os Conselheiros e como o orçamento será canalizado, visto que agora a temática foi compartilhada em duas Secretarias, SMDET e SMSUB. Ainda, que seria importante avançar nesse assunto e fazer pedidos com mais precisão.

Ainda relativo ao tema, Patricia Sepe comentou que o CMDRSS poderia se articular incluindo pautas para a agricultura de forma regionalizada e da importância em se ter ações concretas como o fortalecimento da assistência técnica nas duas CAEs existentes assim como a solicitação de uma CAE na Zona Norte. Com relação ao LOP, disse que tanto a Bloomberg quanto a Coordenação do projeto tem muita preocupação na continuidade do projeto e que com o fim do mesmo a prefeitura ficaria com a responsabilidade de assumir essa continuidade. Ainda informou que o Neto, Secretário Adjunto da SMDU se comprometeu a fazer a articulação e fortalecimento da pauta rural dentro da Prefeitura uma vez que o orçamento estivesse claro e, com relação ao FEMA, segundo decreto recente relacionado à pandemia, os recursos do mesmo foram transferidos para enfrentamento da Covid-19.

José Antônio comentou sobre o encaminhamento de orçamento para a Zona Norte, especificamente sobre a CAE e ressaltou a necessidade de corpo técnico como engenheiros agrônomos para a eventual abertura da mesma. Hoje, pensando no CMDRSS relata que há dificuldade de transporte para reuniões regionais e também para produção de cartilhas e folders. Sobre a Patrulha Rural, ferramentas e insumos já existem essas rubricas na SMDET e SMSUB.

Magno manifestou-se acerca da necessidade de um trator para a Zona Norte assim como um caminhão para transporte entre outros de composto, da necessidade de insumos além de um programa para auxiliar o agricultor. Não há nenhum programa da zona norte no momento para subsidiar a produção rural. Cyra comentou que a proposição do Magno poderá ser considerada proposta na PLOA21 e que se crie o Grupo de Trabalho PLOA21: Maria Lúcia, Vanda, Raquel, Patrícia Sepe, André, Lucilla, Toninho e Cyra se candidataram. André propôs a data da 1ª reunião no dia 02 de junho e relembrou a importância de criação de um Fundo para a temática do Rural.



Comentou que seria importante a criação de um Projeto, a exemplo do Projeto de Lei que tramita na CMSP chamado Vai Horta, que prevê o acesso de agricultores urbanos a pequenos investimentos. Essa discussão está no Plano Rural e é muito importante principalmente para os agricultores que não recebem apoio das Casas de Agricultura e assistência técnica. Luis Henrique comentou sobre a importância de se aprofundar nesse assunto e que o mesmo poderia ser tratado em reunião do GT.

O tema a seguir foi sobre o questionário Covid-19, cujo objetivo é identificar as necessidades prementes dos agricultores nesse momento de pandemia – Técnicos da ZL e do LOP aplicaram o questionário – 120 para a zona sul e 13 para zona leste, sendo essa uma amostra bastante representativa. Na zona sul 43 não tiveram grandes questões com a comercialização ou produção. No entanto, a maior parte deles, incluindo os produtores de ornamentais, tiveram uma queda drástica nas vendas – aproximadamente 38, boa parte disseram que necessitam de cesta básica e outros de itens de higiene, reclamaram sobre falta de transporte, de estrutura e insumos de forma mais ampla para produção, 5 relataram que faltava ATER, formação e mão-de-obra porque não conseguem contratar ninguém de fora devido à pandemia e a mesma está exclusivamente familiar e ainda problemas com burocrática para emissão de Nota Fiscal. O objetivo desse questionário é entender a necessidade dos agricultores e o impacto da pandemia e encaminhar as mais urgentes.

Mathews lembrou que o atendimento de ATER na zona sul está sendo feito via telefone. A coleta de dados do questionário foi feita via telefone, parte com os agricultores que já são atendidos regularmente e parte com agricultores que não são atendidos pelo LOP, e foi realizado principalmente pelo Domingos. Os dados estão sendo repassados ao CMDRSS fazer a análise e contando todos os questionários e reforça a fala do André em atender as necessidades mais urgentes. André agradeceu o esforço do LOP.

Guta Chaves comentou sobre a importância de utilizar a logística do LOP e dos hipermercados para que eles comprem os produtos dos agricultores e de se fazer uma campanha para doação por parte de pessoas físicas de cestas básicas.

Patricia Sepe relatou que realmente não é simples a ação sugerida pela Guta devido à logística. Sobre o Cadastro realizado do LOP, foi feita uma análise aprofundada dos dados junto à equipe da GeoInfo e que será lançado no Informe



Urbano – “Agricultores da Zona Sul”; serão cerca de 30 páginas e esse relatório de análise do cadastro constará do Geosampa. Hoje há cerca de 520 agricultores cadastrados na ZonaSul e esses serão um “Layer” na ferramenta Gesosampa. Nota-se que não há questionários aplicados na Zona Norte uma vez que não há equipe formal de campo, indicando uma carência de dados dessa região. Esse relatório poderá, principalmente, servir como uma ferramenta de reflexão do conselho. GT Relatório Covid 19: André, Lúcia, Luís Henrique, Mathews, Domingos Janaína e (Patrícia se necessário).

Lúcia comentou que a fala da Guta é importante e que há muitas ações sendo realizadas relacionadas à doação de alimentos e ainda que há o Programa Cesta Verde.

Patricia Stevam informou sobre o Programa Cesta Verde: quem lançará o Edital será a Secretaria Estadual de Educação e como apoio terá a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. A ação consiste em compra dos alimentos dos agricultores, montagem das cestas e distribuição para as famílias dos estudantes da rede estadual. O Edital ainda não saiu. Informações preliminares apontavam que as compras seriam por meio de cooperativas e as mesmas deveriam ter DAPs ativas, CNPJ rural e NF de bloco ou eletrônico. No 1º momento não há inclusão de Associação e Pessoa Física, no entanto a SAA está fazendo levantamento dessas últimas categorias, caso não se tenha cooperativa suficiente para entregar o material. A logística será por conta do produtor, assim como é o PNAE atual. O Pagamento será via depósito na conta da cooperativa. Quem for entregar deverá ter cadastro no CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo. Se tiver dúvida encaminhar pergunta por e-mail e whatsapp. Patricia disponibilizou seus dados de contato para receber as dúvidas relacionadas ao cadastro. Lúcia comentou que ao falar com o Luciano da Aprupar, foi informada de que há sobra de produção em unidades de produção de maior porte e de produtores de convencionais na zona sul. Informe do Mathews – Sistema Sisrural com previsão de lançamento para Junho/20.

Paulo Cesar da SAA trouxe a pauta do Marco Legal, e comentou que a área do Jardim Damasceno, pelo PDE, é área rural, e, desta forma, não há necessidade de solicitar licenciamento para produção rural. Levantou a questão de como ajudar os agricultores a renovar suas DAPs, e obter o CAR e o PRA – Regularização Ambiental.



Indagou como o CMDRSS poderá ajudar os agricultores a renovar e se regularizarem para acessar as políticas públicas? Paulo Cesar relatou que na Zona Norte há mais de 50 agricultores e se fosse feito um trabalho de busca nas periferias dessas áreas esse número poderia chegar a mais de 100. Sugeriu encaminhar para a Amlurb a questão sobre o lixo acumulado do Jardim Damasceno e comunicar para a Subprefeitura que a área, sendo zona rural, não tem necessidade de licenciamento e que sim há a necessidade de cursos de boas práticas.

Patrícia Sepe relatou que a área é zona rural porém toda atividade no município exige licença de funcionamento (Lei do Zoneamento), e que por um erro, a produção agrícola também foi inserida nessa obrigação. Esse assunto foi levado ao Secretário da SMDU para formulação de um novo decreto retirando a Agricultura dessa exigência e na sequência veio a discussão de mudança do PDE e da Lei de Zoneamento e essa temática estava incluída no projeto que acabou não indo pra CMSP. Ainda informou que, em um determinado Processo SEI o próprio fiscal da Subprefeitura fez um parecer consistente que entendia que as áreas rurais não precisavam de licença e sugeriu mandar para a SMDU, porém esse processo não chegou à referida secretaria, mas foi para a Supervisão Geral de Uso e Ocupação de Solo, no Gabinete da Secretaria de Subprefeituras. O SEI foi acessado e existe uma cota que está sigilosa. Haveria a necessidade de resgatar esse processo, mas o CMDRSS teria que se articular para resolver. Com relação ao CAR, os agricultores precisam obtê-lo e pensar em como assisti-los. Maria Lucia, Patrícia, Janaína e Cyra ficaram de resgatar esse Processo e dar tratativa ao assunto. Como encaminhamento, criação de uma moção para a questão do lixo do Jardim Damasceno; ficaram de se reunir Maria Lúcia e Luís Henrique para redigir essa moção. Maria Lúcia adicionou a importância da capacitação dos conselheiros para que todos tenham repertório para entender as discussões e intervir. Luccas trouxe a questão das reuniões online e a preocupação dos conselheiros e agricultores que moram em regiões mais afastadas acessarem as reuniões e trouxe a sugestão de um questionário para entender sobre a realidade e dificuldade de acesso à internet e definir uma maneira de continuar estreitando as relações por meio do conselho. Ficou de compartilhar o questionário com o CMDRSS. André comentou sobre o site do CMDRSS e se dispôs a escrever um texto sobre o conselho e solicitou a publicação do logotipo que foi criado. Solicitou para a Cristina



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário - CMRSS

que enviasse o logotipo por e-mail para os membros. Mathews comentou que na plataforma SP + Rural também poderá haver um espaço para divulgação do CMDRSS.

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.